

De estrada líquida à jazida energética: os sentidos do rio Tocantins na memória oral dos ribeirinhos

Resumo

Este trabalho busca compreender como as transformações sofridas pelo rio Tocantins, entre os séculos XX e XXI, modificaram a vida e a percepção das populações que lhe são tributárias. Abordamos esse rio como importante nexos articulador da economia do sertão sul-maranhense e do extremo norte goiano – hoje estado do Tocantins – com o Pará e o Nordeste, do século XIX até meados do século XX, até que a inauguração da Belém-Brasília, em 1960, e de empreendimentos hidrelétricos, a partir de 1970, operassem um deslocamento econômico do rio: passa de *estrada líquida* à *jazida energética*. As narrativas elaboradas pelos ribeirinhos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito, instalada nesse rio entre os estados do Tocantins e Maranhão, serviram-nos como fontes privilegiadas de análise. Para tanto, lançamos mão da História Oral como arcabouço teórico-metodológico, abordando as narrativas em suas relações com a memória, entendida como uma apreensão do passado enquanto experiência individual atravessada por categorias sociais e coletivas. O conceito de *Dádiva* é utilizado para abordar a relação construída entre os ribeirinhos e o rio, como uma experiência marcada por um esquema de reciprocidade norteador pelo movimento das águas, que ao mesmo tempo em que submerge o solo, fertiliza-o para a colheita vindoura.

Palavras-chave: Tocantins, Rio. Brasil, Nordeste. História oral. Antropologia. Saneamentos Políticos. Portugal.

Para citar este artigo:

PARENTE, Temis Gomes; SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. De estrada líquida à jazida energética: os sentidos do rio Tocantins na memória oral dos ribeirinhos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 156 - 180, set./dez. 2019.

DOI: 10.5965/2175180311282019156

<http://dx.doi.org/10.5965/2175180311282019156>

Temis Gomes Parente

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT).
Porto Nacional, TO - BRASIL
temis.parente@uol.com.br
orcid.org/0000-0001-6086-6402

Cícero Pereira da Silva Júnior

Doutorando em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA).
Professor da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Pará.
Capanema, PA - BRASIL
hell_vetius@hotmail.com
orcid.org/0000-0003-3251-5343

From the water road to the energy reservoir: the senses of the Tocantins River in the oral memory of the riverside

Abstract

This work tries to understand how the transformations undergone by the Tocantins River, between the XX and XXI centuries, modified the life and the perception of the populations that are tributary to it. We approach this river, initially, as an important articulating link between the economy of the South-Maranhense sertão and the extreme north of Goiás - now state of Tocantins - with Pará and Northeast, from the 19th century until the middle of the 20th century, until the inauguration of the Belém-Brasília, in 1960, and from hydroelectric projects, since 1970, operate an economic displacement of the river: it passes from a water road to an energy deposit. In this way, the narratives elaborated by the riversides affected by Usina Hidrelétrica de Estreito, installed in this river between the states of Tocantins and Maranhão, served as privileged sources of analysis. In order to do so, we use Oral History as a theoretical-methodological framework, approaching the narratives in their relations with memory, understood as an apprehension of the past as an individual experience crossed by social and collective categories. The concept of Gift is used to address the relationship built between the riverside and the river as an experience marked by a scheme of reciprocity guided by the movement of water, which at the same time submerges the soil, fertilizes it for the harvest to come.

Keywords: Tocantins, River. Brazil, Northeast. Oral History, Anthropology.

*Um rio quando barragem
 tem a espinha quebrada,
 vira um rio parálítico
 feito um animal vivo
 que morreu só a metade:
 a outra metade viva pulsando
 solta, como veia aberta a foice...
 Um rio quando barragem anoitece
 as manhãs que cultivava.*

(“O porto submerso”, Pedro Tierra)¹

Para falar sobre os sentidos do rio Tocantins para os antigos ribeirinhos, nada mais representativo do que trazer os versos de Pedro Tierra. Com sua sensibilidade, o poeta verbaliza os sentimentos e os sentidos das populações ribeirinhas que foram e ainda são impactadas pela construção de usinas hidrelétricas. Essa poesia foi escrita quando se construiu a Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, no município de Porto Nacional (TO), mas representa várias realidades do que vem ocorrendo nas bacias dos rios da Região Norte do Brasil, onde foram implantadas imensas usinas e outras estão em fase de planejamento. As hidrelétricas instaladas no leito do rio Tocantins² transformaram-no em uma imensa “escadaria” de lagos artificiais, o que pode dar o sentido de “um rio parálítico feito um animal vivo que morreu só a metade”, como canta tão bem o poema de Tierra. Assim, o objetivo deste artigo é trazer para a discussão o sentido do rio para as pessoas que vivenciaram sua perda.

O rio *dos Tocantins*, conforme os franceses o batizaram no século XVI em referência a uma suposta população indígena que habitava as proximidades de seu leito, em sua confluência com o rio Pará (VELHO, 2009)³, nasce no planalto goiano do encontro

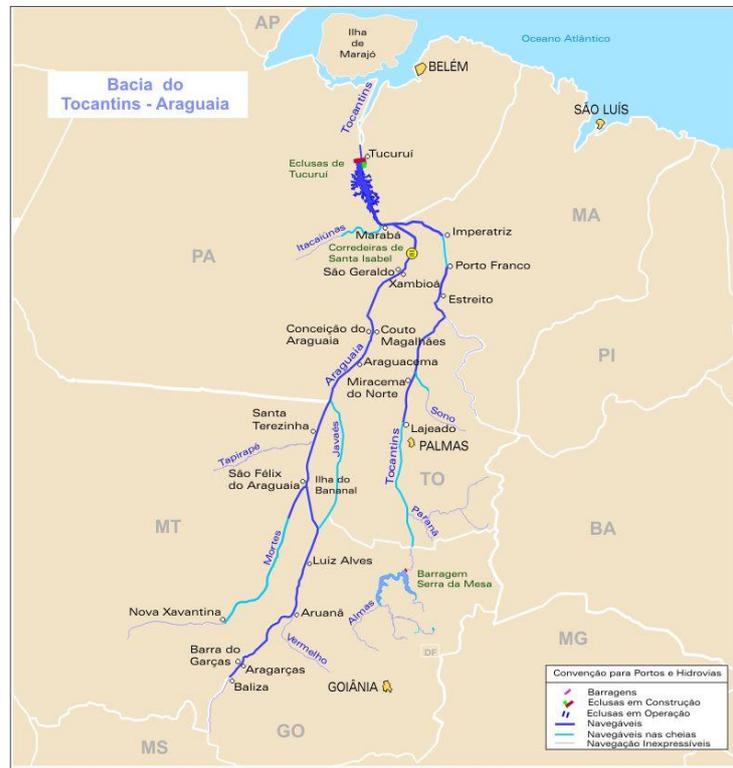
¹ Pedro Tierra é um poeta nascido em Porto Nacional (TO), uma das cidades históricas do estado do Tocantins que mais foram impactadas pela construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, no rio Tocantins. Ver Tierra (2005).

² Atualmente existem sete hidrelétricas construídas no rio Tocantins: Tucuruí, no Pará (1975-1984), Serra da Mesa (1997), Luís Eduardo Magalhães ou lajeado (1997-2001), Cana Brava (2002), Peixe Angical (2006) e São Salvador (2009) no estado do Tocantins; e Estreito (2007-2010) localizada entre os estados do Maranhão e Tocantins.

³ Esta derivação toponímica não é ponto pacífico. Lysias Rodrigues (1945) a ratifica acrescentando que os franceses somente reproduziram o nome que haviam escutado de outra tribo indígena que conhecia os referidos Tocantins. O Pe. Antônio Vieira (1935) utilizou essa denominação em carta a D. João IV datada de 1654, na qual relatava que naquele ano, em companhia de três confrades, subira 250 léguas o “rio dos

dos rios das Almas e Maranhão. Os 2.400 km que fazem dele o segundo rio mais extenso totalmente localizado em território brasileiro – ficando atrás somente dos 2.830 km que formam o São Francisco – serpenteiam, além de Goiás, os estados do Tocantins e Maranhão, para finalmente desembocarem na Baía de Marapatá, no Pará, confundindo suas águas com as do rio Amazonas. Na altura do município de Esperantina, no Tocantins, e de São João do Araguaia, no Pará, seu curso se mistura ao do rio Araguaia, formando com ele a mais extensa bacia hidrográfica do Brasil, com 918.822 km², correspondente a 11% do território nacional.

Figura 1 Mapa do Rio Tocantins



Fonte: Ministério dos Transportes.

Tocantins” com o intuito de fundar uma missão entre os índios que habitavam suas margens. Kátia Flores (2006), em seu trabalho de doutoramento, argumenta que esses índios eram conhecidos também como *Tacamedos*, *Tacandiras*, *Tacanhunas*, *Tocanos*, *Tocantis*, *Tucanos*. Cezar Marques (1870), por seu turno, no *Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão*, aventa outra hipótese, sugerindo que o nome Tocantins é fruto da cópula de duas palavras tupis, *to-o* e *cantin*, que significa *nariz bicudo* ou *pontudo*. Faz-se mister também lembrar que o rio Tocantins era conhecido por outras denominações. Embasada nos textos de Manoel Rodriguez Ferreira, Kátia Flores (2006) explica que o Tocantins era chamado por alguns bandeirantes pelo nome de *labeberi*. Outrossim, Jaime Cortesão (1965) afirma que alguns documentos do século XVII mostram que o rio era também conhecido como “rio das pedras”, com toda certeza em alusão às suas corredeiras e entaipavas.

Podemos encontrar referências ao rio Tocantins já em fontes oriundas de meados do século XVI, relativas aos itinerários das bandeiras e monções paulistas, em mapas e relatórios nascidos das impressões de viajantes que por diversas motivações se lançavam aos sertões (FLORES, 2006; FURTADO, 2016; PARENTE, 2007a) e também em relatos produzidos por missionários de ordens religiosas que, a partir do Grão-Pará, ao norte da Colônia, subiam o rio com o duplo objetivo de catequizar os indígenas e integrá-los à economia colonial (ARENZ, 2014). O início de sua penetração pela foz coube aos franceses, que empreenderam entre 1594 e 1615 algumas expedições rio acima, alcançando, em 1613, a foz do Araguaia. Do lado do Maranhão, o primeiro religioso a navegá-lo foi o frade capuchinho Cristóvão de Lisboa, que em 1625 fundou uma missão eclesiástica em Cameté (FURTADO, 2016; MARQUES, 1870). Em seguida, foi a vez dos jesuítas, que sob o comando do padre Antônio Vieira sobem o rio em 1653, chegando até a atual cidade de Marabá, no Pará.

A ocupação de suas margens ocorreu de forma lenta e descontínua, mas ganhou certo impulso a partir da segunda década do século XVIII, por conta da consubstanciação de duas atividades: a mineração e a pecuária (FLORES, 2006). De fato, entre 1736 e 1751, auge da mineração na província de Goyaz, já havia na região do Alto Tocantins⁴ cerca de 15 pontos de exploração aurífera e pelo menos 200 fazendas de gado em torno do rio (FURTADO, 2016). Todavia, a constante movimentação da atividade mineradora tornava instáveis os núcleos populacionais, que se desfaziam quando as jazidas se exauriam (PARENTE, 2007a). Dessa forma, a criação de gado tornou-se uma atividade que impeliu a fixação no local. Quanto a isso, o caso do Maranhão é bastante ilustrativo. O processo de ocupação de sua parte meridional está estreitamente relacionado às fazendas de gado articuladas à navegação do rio Tocantins. Entre fins do século XVIII e o limiar do século XIX, vaqueiros provenientes da região de Pastos Bons⁵ iniciaram o devassamento do Sul

⁴ O rio Tocantins é dividido em três trechos distintos: o Alto Tocantins, que se estende por 1.050 km da nascente até a cachoeira do Lajeado; o Médio Tocantins, correspondente a 980 km desde a cachoeira do Lajeado até a cachoeira de Itaboca, no Pará; e o Baixo Tocantins, que vai de Itaboca até a foz, com aproximadamente 370 km.

⁵ O “Sertão de Pastos Bons” foi a denominação dada ao território maranhense situado entre a margem esquerda do rio Parnaíba e a margem direita do rio Tocantins, correspondente a toda a região sul do Maranhão. O sertão de Pastos Bons também é denominado de Alto Sertão, que corresponde à região sul

desse estado. Eles acompanhavam a frente de expansão desencadeada pelo avanço de fazendas de gado que, oriundas da Bahia, alcançaram o sertão maranhense e toparam com o rio Tocantins. Capistrano de Abreu nos informa que nos sertões maranhenses, na região de Pastos Bons, próxima ao rio Tocantins, já havia cerca de 44 fazendas de gado em 1751 (ABREU, 1998). Essas fazendas possibilitaram a criação de algumas vilas erguidas às margens do rio ou muito próximas a ele. Posteriormente, esses pequenos núcleos populacionais foram, paulatinamente, tornando-se cidades, cuja vida social e econômica esteve voltada de alguma forma para suas águas (CABRAL, 1992; FLORES, 2006). Esse processo, como já mencionado acima, foi transcorrendo lentamente, marcado, tanto pelas dificuldades de acesso à região, estreitamente relacionadas à ausência de estradas, quanto pela dificuldade de navegação do rio e pelos constantes conflitos entre os colonizadores e as populações indígenas.

A influência do rio, porém, não obstante todas as dificuldades que sua navegação apresentava (ou, quiçá por ocasião da existência desses percalços), estendeu-se à própria toponímia dos lugares que lhe são tributários. Muitos tomaram-lhe de empréstimo o nome ou construíram o seu sob a inspiração da topografia do rio. Surgem, assim, Estreito, no Maranhão, cujo nome foi atribuído à cidade por situar-se em um ponto no qual o leito do rio assume aspecto mais acanhado e no qual seu curso, conforme a descrição de Cezar Marques, “Dá uma grande volta [...] [e] passa entre dois paredões de pedras, de ambas as margens, [...] formando duas gargantas, a que se dá o nome de estreitos, onde pela profundidade corre a agoa vagarosa e quasi imperceptivelmente no verão [sic]” (MARQUES, 1870, p. 527). E descendo mais três léguas de seu curso, seria encontrada a “povoação de Porto Franco [...] fronteira à cidade de Boa Vista” [sic] (Marques 1870, p. 527), sendo que a primeira conserva o mesmo nome e transformou-se em cidade; e a segunda chama-se atualmente Tocantinópolis.

No lado esquerdo do rio, surgiu em 1816, Santo Antônio das Três Barras, atualmente Itaguatins (TO). Na margem direita ganharam forma São Pedro de Alcântara, hoje Carolina, em 1818 e, em 1852, a Vila de Santa Tereza, atual Imperatriz, ambas no

do Maranhão, banhada pelo rio Tocantins, enquanto que o Médio Sertão está relacionado às cidades da região central do estado, mais articuladas à capital. Cf. FERREIRA, 2002.

Maranhão. Dessa forma, às margens do Tocantins diversas famílias sertanejas ergueram moradas e plantaram vazantes, “vendendo produções de roças, carne de caça e peixe salgado” (CARVALHO, 2006, p. 245), dando corpo a uma economia diversificada, cujo eixo se concentrava nas fazendas, mas não se esgotava nelas. Outrossim, a navegação pelo Tocantins, mesmo com a quantidade considerável de cachoeiras e lajeiros que tornavam seu percurso não apenas difícil, mas letal aos barqueiros desavisados, passou a ser um elemento articulador dos gêneros produzidos no sul do Maranhão aos mercados consumidores da capital paraense, transformando algumas vilas em entrepostos comerciais. Um exemplo disso foi Carolina, no Maranhão:

Carolina ficou conhecida em Belém, não só comercialmente. Nossas famílias ali iam a passeio e os nossos doentes a tratamento. Tornamo-nos grande empório comercial, vindo aqui todo o médio Tocantins comprar, para uso ou revenda, as utilidades carentes. Durante muito tempo só se falava no Pará. Naquele período, ao invés de S. Luís, onde fiz o meu Ginásio, os meninos daqui iam era para os colégios guajarinós. (CARVALHO, [s.d.], p. 15 apud FRANKLIN, 2008, p. 102)

Na última década do século XIX, saíam do Porto de Carolina embarcações apinhadas de produtos sertanejos como couro, sola e carne-seca para serem negociados em Belém que, por sua vez, fazia chegar à cidade barcos com sal, tecidos e ferragens para serem redistribuídos para toda a zona tocantina e do alto sertão maranhense (CABRAL, 1992). Esse intenso trânsito fluvial também foi registrado pelo cronista carolinense Ruy Carvalho que o descreve dessa maneira:

Os botes levavam peles silvestres e couros de boi daqui do alto e tomavam frete de castanha e borracha de Marabá para baixo. De Belém traziam sal, querosene, tecidos e armarinhos [...]. Cada barqueiro tinha direito de trazer seu saco de sal e uma lata de querosene, sem pagar frete. Estas viagens de ida e volta ao Porto levavam de 9 a 10 meses. (CARVALHO, [s.d.], p. 13 apud FRANKLIN, 2008, p. 102)

A historiadora e geógrafa Carlota Carvalho, em 1924, em seu livro *O sertão*, referia-se à importância dessa rota fluvial, afirmando que as diversas mercadorias que chegavam de Grajaú a Porto Franco eram de lá transportadas em canoas movidas a remo até Porto Nacional, no estado do Tocantins. Quinze anos mais tarde, o médico sanitário Júlio

Paternostro, subindo o Tocantins, registrava em seu diário que esse comércio transformou o rio em uma “via do sal” (PATERNOSTRO, 1945, p. 126). Essa ilação, o médico a produziu a partir da impressão que teve durante sua estada em Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis), localizada em frente a Porto Franco, no Maranhão. Essa articulação fluvial também transcorria entre localidades mais próximas. Não eram incomuns o trânsito feito por regatões entre Carolina e Tocantinópolis.

O percurso pelo Tocantins, no entanto, não era simples. Regatões e barqueiros lançavam-se nas águas desse “rio possante que corre em estirões com meandros pouco sensíveis, entrecortados de travessões e encaixados em rochas mais resistentes do que as que ladeiam os outros rios maranhenses” (DIAS, 1922, p. 29), em viagens cuja ida e a volta chegavam a durar, conforme nos remete a citação há pouco mencionada, quase um ano (CABRAL, 1992; CARVALHO, 2006). Além de demoradas, as viagens eram perigosas em alguns trechos, como o das cachoeiras de Tauri e de Itaboca, onde atualmente encontra-se a hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, descritas pelos cronistas como obstáculos praticamente intransponíveis (CARVALHO, 2006). Conquanto essas dificuldades, em meio ao isolamento da região provocado pela ausência de estradas carroçáveis e pela precariedade das outras rotas terrestres, o rio Tocantins, assim como outros, servia como um perigoso alento à articulação econômica do sul do Maranhão com Belém e Marabá, no Pará, assim como com algumas cidades do Norte de Goiás. Destarte, “toda a ribeira do Tocantins usava a longa e lenta ‘estrada líquida’ por meio de seus botes, batelões, motores e vapores que comandavam a vida desde Porto Nacional, no Goiás, até a foz do Amazonas” (FRANKLIN, 2008, p. 101).

Entre o final dos anos 1950 e o primeiro quartel da década de 1960, esse cenário sofreu transformações e podemos assistir a um contínuo deslocamento das atividades comerciais e de transporte que tinham no Tocantins sua principal forma de escoamento. Essa mudança de direção começou a delinear-se a partir do início da construção da rodovia Belém-Brasília, em 1958, cujo término coincidiria com a inauguração da nova capital federal em 1960. Todavia, mesmo que a abertura da estrada tenha arrefecido sensivelmente o fluxo comercial pelo rio, as viagens não se tornaram infrequentes. Com a criação do estado do Tocantins em 1988, as discussões e investimentos voltam

novamente para o rio, agora com a construção de grandes usinas hidrelétricas como a mais viável forma de se produzir energia. De um sentido de *estrada líquida* inicia-se o processo de resignificação para *jazida energética*, o que fez com que o rio Tocantins se tornasse um *rio paralítico*, como é cantado por Pedro Tierra.

Para entender o processo de resignificação do rio Tocantins, optou-se pela História Oral, que tem se constituído numa prática importante no ambiente acadêmico, entendida como metodologia de investigação social, como área de conhecimento e/ou como instrumento de luta política (KHOURY, 2010). É somente através das memórias de antigos ribeirinhos que podemos revisitar esses caminhos, pois as memórias são construções dos grupos sociais, são eles que determinam o que é memorável e os lugares onde essas memórias serão preservadas (HALBWACHS, 2006). Assim, percorrer os *caminhos líquidos* e chegar à *jazida das hidrelétricas* por meio dos/as narradoras/es “é compreender que a memória não é um ato imediato e binário de retirada de informações já formadas, mas um processo múltiplo de produção gradual de significados, influenciado pelo desenvolvimento do sujeito, pelo interlocutor, pelas condições do ambiente” (PORTELLI, 2010, p. 72).

É com olhares comprometidos com a realidade social, e com a atenção voltada para os modos de vida de pessoas comuns que ficaram ou ficam à margem das grandes narrativas, que as/os pesquisadoras/es interpretaram as narrativas dos antigos ribeirinhos do rio Tocantins. Destarte, as fontes orais que alimentam nossa reflexão provêm de atores sociais que possuem com o rio uma relação de referencialidade que solidariza suas práticas distintas em relação a ele. Todos os entrevistados foram atingidos pela hidrelétrica de Estreito. A maioria morava em uma localidade cercada pelo rio Tocantins, entre Estreito (MA) e Babaçulândia (TO), conhecida como Ilha de São José. O reservatório formado pela barragem submergiu por completo essa ilha, forçando as famílias que lá residiam a se deslocarem para reassentamentos providenciados pela empresa responsável pela construção da hidrelétrica.

As narrativas provêm de entrevistas realizadas entre 2008 e 2018⁶, período que compreendeu o início da construção da barragem, o deslocamento das famílias e seu restabelecimento nos reassentamentos. Algumas entrevistas aconteceram na Ilha de São José e outras foram realizadas em quatro dos seis reassentamentos para os quais essas famílias se dirigiram. São eles: Mirindiba, em Araguaína (TO); São João, em Palmeiras (TO); Baixão e Santo Estevão, ambos próximos a Babaçulândia (TO).

Sob o signo da Dádiva

A fim de orientar nossa análise, lançamos mão da noção de *Dádiva*. As potencialidades epistêmicas e hermenêuticas inerentes à categoria cunhada por Marcel Mauss (2003) em seu famoso *Ensaio sobre a Dádiva*, e revisitada e atualizada por diversos pesquisadores (LANNA, 2000; GODBOUT, 2002; CAILLÉ, 2002; SABOURIN, 2008), nos ajudará a lançar luz à maneira como os ribeirinhos dão sentido, em suas narrativas, à sua interação com o rio Tocantins e os elementos de seu mundo circundante, emprestando-lhes subjetividade.

Para evitar generalizações apressadas, conscientes de que a relação de aplicação de um conceito nunca é de semelhança, mas de aproximação (DELEUZE, 1979), no sentido de que sua força consiste menos em sua capacidade descritiva do que na possibilidade que tem de nos fazer empreender uma experiência de conhecimento com as memórias e narrativas de nossos entrevistados (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), o fundamental nesse processo é compreender o que essas narrativas podem nos ensinar sobre o rio e o feixe de relações que se desdobram em torno dele. Pensando por um prisma em que experiência e teorização encontram-se profundamente articulados, Lévi-Strauss (1974, p. 25) afirma que “toda a teoria exige dessa forma a existência de uma estrutura, cuja experiência apenas oferece os fragmentos, os membros esparsos, ou,

⁶ As entrevistas ocorreram em momentos diferentes do processo e de pesquisa. De 2008 a 2010, foram realizadas com os moradores da Ilha de São José antes dessa localidade ser completamente submersa em decorrência da construção da barragem. As entrevistas transcorridas entre 2012 e 2013 foram feitas com os ex-moradores da Ilha de São José já realocados no reassentamento Mirindiba, nas imediações de Araguaína – TO. Por fim, as entrevistas desenvolvidas entre 2015 e 2018 foram realizadas com os moradores de mais três reassentamentos também decorrentes da construção da barragem, localizados nas imediações de Babaçulândia – TO.

antes, os elementos”. Assim sendo, a *Dádiva*, enquanto constructo teórico, nos ajuda a dar certa coesão à dispersão sob a qual a realidade das narrativas em questão nos é apresentada, ao modo de um mosaico, cuja formação da imagem não depende do encaixe das peças, mas de sua coesão.

Nesse sentido, a *Dádiva* é aqui entendida como uma relação eivada de moralidade, cuja espinha dorsal repousa no vínculo estabelecido entre o rio Tocantins e os ribeirinhos. Dessa forma, a dinâmica de reciprocidade sugerida por Mauss foi utilizada para entender a relação homem/natureza, cuja interação abrange tanto o rio, espaço em que acontece o lazer, o deslocamento e a faina, como a terra, lugar do labor e do descanso. Vejamos como essa relação dadivosa se desdobra nas memórias de nossos narradores:

Antigamente eu passei, no tempo de minha meninice, [...] em certos lugares que a gente passava privação do pão. Meu pai era trabalhador, um velho muito trabalhador – lavrador –, mas não dava conta, por conta de a terra não produzir; e a gente passava baixo. Aqui não: é bem diferente, e com isso é que eu acho que a gente acostumou com o lugar e faz questão para não sair, só é que de qualquer maneira agora, queira ou não queira, somos obrigados a sair (VICENTE, 2008, informação oral.).

Nessa entrevista, o rio se desdobra ao modo de um palimpsesto. É preciso situarmo-nos no entorno da enunciação para perceber sua presença. A narrativa que se deslinda diante de nós é devida a Raimundo Vicente, ex-morador da Ilha de São José, localidade banhada pelo rio Tocantins e que foi tragada pelas águas do reservatório da hidrelétrica de Estreito, em 2010. A entrevista foi realizada em 2008, durante o processo de resistência à construção da barragem. O discurso de nosso narrador desdobra-se em duas direções: ao mesmo tempo em que discorre sobre a chegada de sua família à localidade, justifica a razão de sua permanência: “a gente acostumou com o lugar”. Essa sentença nos conduz a uma inferência parcial, qual seja, a de que o *médium* entre a terra e o homem é o trabalho que proporciona o retorno em forma de alimento e de sustentação/habitação. Todavia, faz-se mister nos interrogarmos acerca do que tornou prolífico o labor de nosso narrador. Ora, por que a terra à qual ele se refere “é bem diferente” dos outros lugares, em que todo esforço em capinar e sulcar o solo soçobrava? Eis a resposta: o rio. Sem sua ação, todo empenho em lavrar a terra seria de balde.

A adentrada do rio na existência do ribeirinho não é harmônica, ao contrário, é marcada por uma contraditória articulação entre a perda e a bonança. São as memórias de Raimundo Vicente que nos ajudam a pensar as nuances dessa relação. Ele nos relata a violência com que as águas do Tocantins tomavam plantações e submergiam as casas nesses termos:

Teve um tempo que a gente passava batido por conta da região. Porque o rio, quando tinha cheia muito grande, [...] conseguia tomar a ilha toda e passar por cima em mais de um metro da altura da casa. [...] Quando fazia assim, o povo todo ia sofrer [...] porque a gente mexia com roça (VICENTE, 2008 informação oral).

Em meio à narração, a rememoração de Raimundo Vicente parece trazer à sua vista a imagem daquela invasão líquida, que lentamente avançava sobre as casas, dissolvendo paredes, pondo a perder do dia para a noite as plantações que as famílias empregaram meses em cultivar. A cena torna-se mais vívida na continuação de seu relato, quando afirma que o rio “[...] tomava a roça, acabava tuuudo e botava a gente para correr, deixava a gente até sem casa” (VICENTE, 2008 informação oral). Quando nosso interlocutor pronuncia de maneira prolongada a palavra “tuuudo”, ele nos comunica um efeito de sentido: sua pronúncia parece acompanhar o movimento do rio que se espraia pelos arrozais e milharais.

Após esse relato de devastação e agonia, ato contínuo, nosso interlocutor justapõe uma narrativa diametralmente oposta.

Mas também quando o rio conseguia vazar e descobria as casas, o povo já batia dentro [...], já tirando aquelas lamas, agasalhando [...], e conseguindo fazer casa logo, porque a gente conseguia tirar o que a gente perdeu nas roças, aí guardava para trabalhar nas roças no verão [...]: moço! se produzia coisa demais aqui, feijão, melancia, era fumo, era abóbora [...], a gente quase que não sentia a falta (VICENTE, 2008 informação oral).

A conjunção adversativa utilizada acima nos introduz em outro aspecto da relação com o rio: ao recuar, para além dos gradeados apodrecidos das casas e de charcos em que a lama se confundia com a massa pútrida em que haviam se convertido as plantações, as águas do Tocantins deixavam atrás de si a fertilidade, a pronta para o

plântio. Destarte, a enchente e o recuo do rio compõem um signo ambivalente. E é nessa ambivalência que se nos apresenta a dádiva em seu estado significativo mais radical, qual seja, o de destruição criadora, uma relação marcada por um “constante dar e tomar” (MAUSS, 2003, p. 226).

Pousando o olhar sobre a narrativa de Raimundo Vicente como um todo e tomando-a como um relato representativo, podemos vislumbrar em sua tessitura mais um aspecto que nos ajuda a entender a relação dadivosa entre o rio e os ribeirinhos. Além da prestação total configurada nessa troca material e simbólica entre o rio e os agricultores, desponta uma outra característica da dádiva, a saber: seu caráter mantenedor da possibilidade de continuar a existir. Ora, os lugares pelos quais Raimundo Vicente passara no tempo de sua infância não se tornaram lares; não por serem inóspitos ou apresentarem dificuldades extremas – posto que a Ilha, como seu relato deixa claro, também não era um lugar de fácil sobrevivência –, mas porque nesses lugares não houve possibilidades de estabelecimento de vínculos nem de sobrevivência, visto que seu trabalho não encontrava resposta: “por conta de a terra não produzir”. Os outros lugares não alimentaram sua família; sujeitaram-na à “privação do pão”, portanto, não foram dadivosos. Pois a dádiva alimenta o vínculo, mantém-no vivo. O próprio Mauss afirma que a dádiva “quer dizer essencialmente ‘alimentar’, ‘consumir’” (MAUSS, 2003, p. 191)⁷. A figura do rio contempla essa categoria e se desdobra para além da fertilidade da terra, alcançando outras benesses. É o que pode ser vislumbrado na entrevista a seguir, concedida por Raimunda Pereira, antiga parteira da ilha de São José:

Você amanhece aqui... olha para os quatro cantos da casa: “Meu Deus, o que eu vou comer hoje? Só o arroz branco? Não pode...”. Aí você põe seu canicinho, sua tarrafinha, vai bem aí [aponta com o lábio inferior para o rio], joga o *laçozinho*, [então] você pega seu lambari e faz a sua mistura. Isso tudo é a vantagem, né? (PEREIRA, 2008 informação oral).

O rio é para onde se escapava, quando a fome apertava e não se tinha mais a quem recorrer. E então nossa narradora arremata: “Isso tudo não é [uma] beleza? A gente não tem a paixão? Só isso” (PEREIRA, 2008 informação oral). Essa última sentença

⁷ Nesta passagem, Mauss refere-se ao Potlatch polinésio, mas em outros momentos de seu *ensaio*, ele situa o Potlatch e a Dádiva como categorias equivalentes. Cf. Mauss (2003).

é um convite à experiência de pensamento mencionada anteriormente. Se assumirmos que a substância de nossa linguagem traz em sua epiderme as marcas de nossa relação com o mundo, enquanto contexto de sentido e significação (BOSI, 1992), podemos inferir que a profundidade semântica pode ser captada em seu uso aparentemente ordinário.

A última interrogação utilizada pela narradora revela muito de sua relação com o rio: a palavra “paixão” sugere uma afetividade desenvolvida em relação ao rio, um vínculo que deriva de sua capacidade de prover. Em seu cunho vernáculo, a mesma palavra deriva de *passio*, que, por seu turno, denota o estado daquele que suporta ou sofre uma ação. Não obstante guardarem significados diferentes, ambas as acepções estabelecem ressonâncias entre si porque apontam para as relações construídas com o rio.

Alguns anos após a entrevista com Raimunda Pereira, outra moradora da Ilha de São José, já estabelecida em um reassentamento, nos forneceu um relato bastante parecido:

[...] tinha peixe também [...], era um peixe fresquinho, ali na hora. O meu companheiro só falava assim: “cozinha aí o arroz que eu vou ali no rio pegar um peixe fresquinho, da hora”. Lá lá, pegava o peixe, trazia fresquinho para casa. Aquilo para mim era bom demais, tinha peixinho para os meus filhos também. Aí, mudou demais; lá a gente escolhia o peixe que a gente queria comer, depois pode vir uma piaba do jeito que vier tem que aceitar [risos] tem que aceitar [risos]. E lá não, era da escolha (NASCIMENTO, 2018 informação oral).

Quem nos fala acima é Petronília Dias do Nascimento. Assim como dona Raimunda, foi moradora da Ilha de São José, mas reside atualmente no reassentamento Itapuã, nas imediações de Babaçulândia – TO. Seu relato guarda, com o que lhe precedeu, diversas semelhanças, mas também nos apresenta singularidades que nos ajudam a compreender como a relação com o rio se modificou. A familiaridade encontra-se na maneira como Petronília refere-se ao rio como um lugar de abundância, onde se podia “pegar um peixe fresquinho, da hora”, dando a entender que as relações entre rio e ribeirinhos são dadivosas porque seus desdobramentos não obedecem a uma dinâmica puramente instrumental, nem tampouco desenvolvem-se de maneira essencialmente

desinteressada: suportava-se o avanço das águas pela certeza de que a ele seguir-se-ia a fertilização do solo, que proporcionaria uma colheita pródiga. Não se abandonava a beira do rio porque se sabia que este sempre respondia ao apelo dos que necessitavam alimentar-se de suas águas, que tanto forneciam o pescado, quanto fertilizavam as vazantes.

Por outro lado, a entrevista de Petronília nos oferece um “corte” que a de Raimunda não poderia apresentar, justamente pelo enlace temporal distinto em que ambas se encontram enredadas. Ora, o relato de Raimunda é marcado pelo medo de perder o rio, mas suas considerações estão calcadas em um tempo presente que marca sua linguagem: “Você amanhece aqui...”, “[...] o que eu vou comer hoje?” ou “[...] joga o *laçozinho*, [...] pega seu lambari e faz a sua mistura” (PEREIRA, 2008 informação oral). E não podia ser de outra forma, porquanto a barragem ainda não se concretizara e a parteira falava em seu quintal, diante do rio. Portanto, seus temores ainda se encontram em um horizonte de possibilidades.

No relato de Petronília podemos identificar um confronto de temporalidades cuja tábua de viragem podemos localizar na construção da hidrelétrica e os desdobramentos que se seguiram ao enchimento do lago, como a inundação da Ilha de São José e o remanejamento das famílias para os reassentamentos. Sua narrativa é essencialmente marcada pelo *antes e depois* da barragem que modificou não somente sua moradia, mas também a relação com o rio. Ademais, a relação que nossa interlocutora tem com o espaço atual em que reside está sendo construída em confronto com a relação que tinha com sua habitação anterior: “Aquilo para mim era bom demais, tinha peixinho para os meus filhos também. Aí, mudou demais” (NASCIMENTO, 2018 informação oral). Quando o rio é transformado em “jazida energética”, além da energia, foram extraídos modos de vida impossíveis de serem recuperados na configuração espacial oferecida pelos reassentamentos, distantes do rio.

A ausência do rio é expressa na dicotomia entre a fartura e a falta que impregnam a linguagem de Petronília: “tinha peixe também [...], era um peixe fresquinho, ali na hora; [...] lá a gente escolhia o peixe que [...] queria comer, *depois* pode vir uma piaba do jeito que vier tem que aceitar [*risos*]”, e ela insiste, “E lá [na ilha de São José] não; era da

escolha” (NASCIMENTO, 2018 informação oral). Ambas as narrativas nos ensinam que ocupamos fisicamente os lugares, mas os habitamos, sobretudo, por meio da memória e da linguagem que os tornam presentes, mesmo que seja sob o signo da saudade.

Um rio com a espinha quebrada

Várias são as memórias a respeito do Tocantins; todas emergem das relações multifacetadas e ambivalentes que os indivíduos construíram com o rio, com seus ritmos e suas dádivas. As cheias do Tocantins determinavam tanto o tempo de plantar e colher como o momento de abandonar as casas, para retornar somente quando as águas recuassem. As cheias periódicas do Tocantins deixaram profundas marcas na memória oral das comunidades que o margeavam. Essas narrativas revelam a complexidade da experiência do rio a um só tempo implacável e generoso, de suas inundações já esperadas e temidas: “Ah, ficava todo mundo gelado... escutava a água zoando... de noite nos paus, a gente ficava nervosa, sabe? Com medo de qualquer hora [...] afundar, [risos] mas nunca afundou não, graças a Deus, não afundou não” (NASCIMENTO, 2018 informação oral). E não obstante as águas se aproximarem, as casas só eram abandonadas quando já não havia mais como habitá-las, quando a água “vinha bem no batente da porta” (SILVA, 2014 informação oral) e “a gente ia e... saía assim, cuidando assim, esperando ele tomar a casa para a gente sair” (NASCIMENTO, 2018 informação oral). Era preciso, então, apressar-se em salvar as criações: “Eu me lembro que eu fui correr pra pegar as galinhas, abriu um buraco e eu ia sumindo [risos]. Leonardo me puxou pelos cabelos [risos]” (SANTOS, 2014 informação oral) para, ato contínuo, embarcá-las juntamente com móveis e provisões nos barcos para serem atravessados para o outro lado do rio:

[...] eu fiquei a noite todinha, no ano de oitenta [...] com a água bem por aqui [leva a mão à cintura]. Quando eu saí com o [meu marido] Raimundo Léa, que eu fiquei a noite todinha lá e ele ficou botando os porcos para o outro lado e quando foi de manhã [e] nós voltamos para pegar os patos, a água estava bem por aqui [leva a mão ao peito] (SILVA, 2014 informação oral).

A cheia mais marcante pela qual o rio passou foi a de 1980, considerada pelas comunidades à beira do rio como a mais violenta já sofrida:

No ano de oitenta todo mundo ficou sem nada, mas só que recompensou porque... aí chegamos dentro, aí e... pode plantar, aí deu como tudo no mundo, não foi? [...] Deu muito milho em oitenta. As casas... acabou tudo (estou te falando!). Tinha vez que vinha bem no batente da porta [...]; a roça, o arroz, o milho, tudo que tivesse que plantar o rio comia (SILVA, 2014 informação oral).

Nos interessa aqui também a racionalidade distinta com a qual o rio é abordado. Não se trata de uma racionalidade instrumental ancorada no desejo de domar o rio, entendendo-o como uma natureza extrínseca ao humano e que, portanto, deve ser conhecido, esquadrihado para dele se extrair algo (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). O depoimento anterior ilustra outra forma de pensar e experienciar o rio. As pessoas integram seu cotidiano ao movimento do rio. Ao invés de combaterem a enchente ou abandonarem de vez as propriedades, os moradores optam por adequar-se às cheias periódicas, tentando extrair delas consequências benéficas, como a fertilidade das vazantes:

Quando a água chegava, tinha vez que cobria nossas casas, né? Nós tínhamos que mudar para outros lugares, mudar para o Tocantins, colocava os... a mudança... os objetos de casa, os móveis em uma canoa [...] e o motor, né? Se aquietava, ajeitava para outro lado e ficava ali enquanto baixava as águas. Fazia um barraquinho do outro lado do rio, né? Do rio Tocantins mesmo morava um mês mais ou menos (ALMEIDA, 2018 informação oral).

Outro morador nos diz o seguinte:

Tinha vezes que você estava com o arroz na panela, na hora de pegar ele na colheita dele, o rio vinha e tomava conta e comia tudo [risos], mas só que [...] era assim: teve umas áreas que aconteceram, depois parou mais. Acho que as águas vão, né? Aí, estavam acontecendo mais essas coisas, nós mudávamos da ilha, [...], aí (NASCIMENTO, 2018 informação oral).

A vida em torno do rio passou a obedecer a seu ritmo circular: “Na hora que [o rio] saía, nós voltávamos [...]. Todo mundo voltava para suas casinhas” (NASCIMENTO, 2018 informação oral), a vida era retomada. Procedia-se à limpeza das casas, que “[...] não chegava a cair, aí só limpava dentro, tirava as lamas de dentro, arrumava, lavava e tudo” (NASCIMENTO, 2018 informação oral), e à semeadura das roças e vazantes, devidamente

fertilizadas pelo humo, trazido pelas águas: “Aí era que plantava coisa boa mesmo! [risos] quando ele lavava” (NASCIMENTO, 2018 informação oral). E a vida retomava o seu curso.

Temos então a expressão de experiências carregadas de ambivalência, que nos ajudam a entender “toda uma história das grandes relações pela água” (FEBVRE, 2000, p. 258), à qual Lucien Febvre se referia em seu trabalho sobre o rio Reno. Posto que a periodicidade das inundações obrigava os moradores a organizarem a lavoura de acordo com o tempo do rio, caso contrário, ele as “comia”. No entanto, à destruição seguia-se a fertilidade das vazantes: o rio toma, o rio dá. Portanto é um rio vivo, com a espinha quebrada.

Da dádiva à saudade

Após a construção da hidrelétrica de Estreito a relação com o rio mudou. Já não há mais a troca simbólica, que estabelecemos acima sob o prisma da Dádiva. O rio agora só pode ser evocado; é um lugar de saudade⁸. Já não é mais aquela imensidão fluida que se deslindava caudalosamente em frente às vazantes e casas. A dádiva cedeu lugar à distância, que se corporificou em saudade. Uma saudade que se confunde à sua lembrança, em sentenças como esta: “Eu gostava demais da beira do meu rio” (NASCIMENTO, 2018 informação oral), em que o rio assume o contorno de um ente querido que se foi.

Por vezes o rio é transfigurado em uma imagem persistente, que “não sai da minha mente. [pausa]. Hora nenhuma” (SILVA, 2018 informação oral), e que, ato contínuo, deixa entrever um indício da dádiva que se deixou morar na saudade: “Inclusive agora, no verão, os meninos foram pescar e pegaram uns mandis, uns mandis graúdos [...] e me deram. Quando eu fui comer... a lembrança pesou [voz embargada], cheguei até a chorar” (SILVA, 2018 informação oral).

⁸ “A saudade é um sentimento pessoal de quem se percebe perdendo pedaços queridos de seu ser, dos territórios que constituiu para si. A saudade pode ser um sentimento coletivo, pode afetar uma comunidade que perdeu suas referências espaciais ou temporais, toda uma classe social que perdeu historicamente a sua posição, que viu os símbolos de seu poder esculpido no espaço serem tragados pelas forças tectônicas da história” (ALBUQUERQUE JÚNIOR apud PARENTE, 2007b, p. 108).

Aquele “vínculo de almas” (MAUSS, 2003, p. 200) subjacente à relação dos antes ribeirinhos, agora reassentados, com o rio Tocantins, persiste ao modo de uma lembrança que pesa, tal como um rastro, entendido aqui pela perspectiva benjaminiana, como “a aparição de uma proximidade, por mais longínquo esteja aquilo que o deixou” (BENJAMIN, 2009, p. 490), ou seja, o rastro do Tocantins se revela paradoxalmente no lugar mesmo de sua ausência: “Eu lembro do rio Tocantins igual... parece que eu estou vendo ele hoje. A gente não perde, não tira da mente” (COSTA, 2018 informação oral).

A remissão à prodigalidade proporcionada pelo rio nos é apresentada também nos problemas muito concretos decorrentes das moradias atuais, nas quais a abundância das águas é contraposta à escassez e à má qualidade da água encanada:

Aqui é tudo *regradinho*, economizando. Chega uma pessoa em casa, a gente até pensa logo que a pessoa está falando da gente: “aquela pessoa sovinou água”. Mas não. É porque nós que sabemos o que estamos passando sobre essa água pouca, regrado. Tem que dizer: ‘fulano, aqui não é assim, você tem que entender que não é daquele jeito, tem que ser na economia da água; lá não, nós lavávamos, banhávamos, fazia tudo (NASCIMENTO, 2018 informação oral).

A narrativa anterior pertence a Petronília Dias do Nascimento. Ex-moradora da Ilha de São José, atualmente reside no reassentamento Baixão. Localizado a poucos quilômetros de Babaçulândia (TO), esse reassentamento, além de outros dois, enfrenta um grave problema de falta de água desde que as famílias foram realocadas. Os poços artesianos destinados ao abastecimento das casas bombeiam um líquido salobro intragável, impróprio para as atividades mais elementares. Nem os animais podem consumi-lo (PARENTE, 2015; SILVA JÚNIOR, 2016). Portanto, as famílias se veem obrigadas a utilizar a água proveniente de carros-pipa que, pela manhã, enchem as caixas d’água e as cisternas. Essa água deve durar o dia todo, por isso os moradores a racionam quanto podem – uma caixa d’água média, além de prover a higiene pessoal e a lavagem de roupa, precisa atender ao consumo doméstico como um todo.

A mesma narrativa ainda ilustra outra coisa: o rio passa a ser um marco de ruptura. A ancoragem temporal dos discursos submete-se à quadratura de um *antes* e um *depois* do rio. A seguir temos uma narrativa que reforça esse argumento:

Naquele tempo, nós morávamos no Tocantins. A beira do rio Tocantins era a coisa mais linda do mundo, e nós achávamos que não era [...]. Hoje nós estamos descobrindo que morávamos na beira de um rio, de um grande, como se diz, de um grande recurso. Era uma riqueza muito grande que nós tínhamos e hoje acabou. Acabou aquele recurso, aquela coisa bonita que nós tínhamos, a praia bonita que nós tínhamos, acabou tudo. O peixe não presta, peixe ruim nessa água aí [é mesmo], o gosto é ruim. É mais antes comprar o peixe no criatório do que nesse lago (COSTA, 2018 informação oral).

O enredo que preenche essa dinâmica temporal procede em um trabalho de memória, qual seja, a elaboração de uma narrativa em que a presença do rio está ligada à fartura e a sua distância remete à falta de qualidade de vida. Essa saudade é também reforçada pelo lamento nas narrativas presentes na memória dos/as antigos/as ribeirinhos/as e que o poema de Pedro Tierra traduz muito bem.

Considerações finais

Como ficou posto acima, o rio Tocantins, como tantos outros, não é apenas um enorme curso d'água que se desdobra pela paisagem de quatro estados brasileiros, mas possui uma história justamente porque, da cabeceira à desembocadura, constitui-se como uma estrada líquida sobre a qual se desenvolveu um plexo de relações econômicas, sociais e culturais que se justapunham e modificaram, acompanhando-o desde a época em que este rio figurava como única possibilidade de interligação entre os estados do Pará, Maranhão e Goiás, passando pelo arrefecimento de sua navegação ocasionado pela construção da Belém-Brasília até a reconfiguração de sua importância, agora como palco da construção de usinas hidrelétricas.

Esse processo social que de *estrada líquida*, transformou o rio em *jazida energética*, pode ser identificado nos trabalhos que cronistas, memorialistas, geógrafos e historiadores que em algum momento – seja por meio de uma análise mais extrínseca, seja porque tiveram que aventurar-se em meio às correntezas, lajeiros e cachoeiras – se ocuparam deste rio e nos legaram fontes escritas. No entanto, esse processo torna-se mais vívido se cotejado às fontes orais, isto é, ao testemunho daqueles que não apenas

passaram pelo rio, mas construíram suas vidas em torno dele e se viram forçados a deixá-lo.

A pertinácia dos navegantes em torná-lo navegável, a resiliência das famílias ribeirinhas que, em lugar de abandonarem suas margens, optaram por conviver e resistir às suas cheias, integrando-as ao seu cotidiano e o avanço do Estado brasileiro no sentido de converter a força do rio em energia elétrica, acabaram por transformá-lo. Por outro lado, seu ritmo marcado por enchentes e recuos assim como os pedrais e cachoeiras que compunham seu curso se incorporaram à experiência de pescadores, barqueiros, agricultores e todos aqueles que em algum nível dependiam de suas águas. É a análise das memórias acerca do rio que nos ajudará a compreender de maneira mais abrangente os sentidos de sua história.

Assim como mercadorias e ideias circulavam do Pará ao extremo norte de Goiás (hoje estado do Tocantins), passando pelo Maranhão, por intermédio dessa *estrada líquida*, a presença do rio é tão imbricada à experiência das famílias ribeirinhas, que podemos afirmar que o rio se encontra em suas vidas da mesma forma que a língua materna subsiste em nós ainda que nos encontremos em terras estrangeiras. Esse entrelaçamento pode ser percebido nas narrativas, nas formas como a experiência do rio inscreveu-se nas memórias e na linguagem dos ribeirinhos. Essa *inscrição do rio* na experiência dos ribeirinhos teve nos conceitos de Dádiva e memória seus principais eixos explicativos. Na primeira, entendida como uma relação de troca simbólica exercida entre os ribeirinhos e o rio, encontramos uma forma de inserir suas narrativas em uma ordem analítica inteligível. Ao escutá-los, percebemos que o rio não é somente um curso d'água, mas é aquele que “come” as vazantes, a força que ao mesmo tempo que avança por sobre as casas, deixava a terra fertilizada em seu recuo e então “pode plantar, [pois vai dar] como tudo no mundo” (SILVA, 2014 informação oral).

Na categoria memória, compreendida como faculdade individual sustentada por um feixe de relações, entendemos que, mesmo que em última instância, é o indivíduo que evoca sua experiência dos acontecimentos – entenda-se, aqui, seleciona consciente ou inconscientemente o que será lembrado e dito –, ele o faz do interior das interações que teve ou que travou no contexto da comunidade e sociedade à qual pertence. Portanto, o

sentido do rio Tocantins como um caminho líquido que desemboca em uma jazida energética só pode ser compreendido se o apreendermos no conjunto das relações humanas no tempo, o que nos leva a concluir que a história do rio Tocantins deságua inevitavelmente na história das relações humanas que se deram no rio Tocantins.

Referências

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- ALMEIDA, Propécio Borges de. [Entrevista cedida a] Cícero Pereira da Silva Júnior, Palmeiras (TO), 22 jan. 2018.
- ARENZ, Karl. **Além das doutrinas e rotinas: índios e missionários nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (séculos XVII e XVIII)**. *Revista História e Cultura*, Franca, v. 3, n. 2, p. 63-88, 2014.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CAILLÉ, Alain. **Dádiva e Associação**. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). *A Dádiva entre os modernos*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 191-205.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992.
- CARVALHO, Carlota. **O Sertão: Subsídios para a História e Geografia do Brasil**. 3 ed. Imperatriz: Ética, 2006.
- CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1965.
- COSTA, Manoel Pinto da. [Entrevista cedida a] Cícero Pereira da Silva Júnior, Babaçulândia (TO), 24 jan. 2018.

DELEUZE, Gilles. **Os intelectuais e o poder:** conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 69-78.

DIAS, Antonio. **O sertão maranhense:** esboço geológico, physiográfico e social. Maranhão: Imprensa Oficial, 1922.

FERREIRA, Luiz Alberto. **O movimento republicano e a gênese da reestruturação oligárquica no Maranhão (1888-1894).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

FEBVRE, Lucien. **O Reno:** história, mitos e realidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FLORES, Kátia Maia. **Caminhos que andam:** o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Metamorfoses da colonização:** o rio Tocantins e a expansão para o Oeste em mapas e relatos (Século XVIII). *Tempo*, Niterói, v. 22, n. 40, p. 367-399, maio-ago. 2016.

FRANKLIN, Adalberto. **Carlota Carvalho:** perfil biográfico. In: CARVALHO, Carlota. *O sertão: subsídios para a História e Geografia do Brasil*. 3. ed. Imperatriz: Ética, 2006. p. LXVII-LXXI.

_____. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2008.

GODBOUT, Jacques. Homo donator versus homo oeconomicus. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). *A Dádiva entre os modernos*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 63-98.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

KHOURY, Yara Aun. Apresentação. In: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral.** São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 7-18.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 14, p. 173-194, jun. 2000.

MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão.** Maranhão: Typographia do Frias, 1870.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NASCIMENTO, Petronília Dias do. [Entrevista cedida a] Cícero Pereira da Silva Júnior, Babaçulândia (TO), 25 jan. 2018.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 2007a.

PARENTE, Temis Gomes. Gênero e memória de mulheres desterritorializadas. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 99-111, jan.-jun. 2007b.

PARENTE, Temis Gomes. Gênero e (in)sustentabilidade de mulheres nos reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica de Estreito – Tocantins. **OPIS**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 399-416, 2015.

PATERNOSTRO, Júlio. *Viagem ao Tocantins*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1945

PEREIRA, Raimunda. [Entrevista cedida a] Cícero Pereira da Silva Júnior, Ilha de São José (TO), 22 abr. 2008.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaios de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RODRIGUES, Lysias A. **O rio dos Tocantins**. Rio de Janeiro: IBGE, 1945

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 132-208, fev. 2008.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. Projetos hidrelétricos na Amazônia no limiar do século XXI: o caso da UHE no Estreito-MA/TO. **Revista Alpha**, Patos de Minas, v. 17, n. 2, p. 287-306, 2016.

SILVA, Pedrina Alves da. [Entrevista cedida a] Cícero Pereira da Silva Júnior, Araguaína (TO), 13 fev. 2014.

SILVA, Luís Pereira da. [Entrevista cedida a] Cícero Pereira da Silva Júnior, Babaçulândia (TO), 21 jan. 2018.

SANTOS, Maria dos. [Entrevista cedida a] Cícero Pereira da Silva Júnior, Araguaína (TO), 13 fev. 2014

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974. p. 1-36. V. 2.

TIERRA, Pedro. **O porto submerso**. Brasília: [s.n.], 2005.

De estrada líquida à jazida energética: os sentidos do rio Tocantins na memória oral dos ribeirinhos
Temis Gomes Parente, Cícero Pereira da Silva Júnior

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. *E-book* (171 p.) Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 19/08/2019.

VIEIRA, Antônio. **Cartas**. Tomo I. Lisboa: Oficina da Congregação do Oratório, 1935.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. Rio de Janeiro: **Mana**, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

VICENTE, Raimundo. [Entrevista cedida a] Cícero Pereira da Silva Júnior, Ilha de São José (TO), 20 abr. 2008.

Recebido em 21/05/2019
Aprovado em 26/06/2019

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Revista Tempo e Argumento
Volume 11 - Número 28 - Ano 2019
tempoeargumento@gmail.com